

CPI de São Caetano caminha para prorrogação e deve ouvir empresário

George Garcia



Edison Parra diz que o trabalho da comissão precisa de mais tempo e ele quer chamar empresário que teria emitido notas fiscais somente este ano além do próprio Auricchio para falar à comissão. (Foto: José Augusto)

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instalada na Câmara de São Caetano para apurar os gastos da gestão do ex-prefeito, José Auricchio Júnior (PSD), deve prorrogar seus trabalhos diante do volume de informações a serem processadas. Esse processo já tem mais de 10 mil páginas e o montante ainda vai aumentar.

Uma auditoria externa deve ser contratada para analisar as contas e o relator, Edison Parra (Podemos), considera que naturalmente o ex-prefeito e a ex-secretária da Fazenda, Stefânia Wludarski, devem ser convidados para depor na comissão. Além deles, Parra disse que vai trazer para contribuir com a apuração, o empresário que teria, segundo ele, sido orientado para só emitir neste ano, as notas fiscais de serviço prestado na gestão do ex-prefeito.

Em entrevista exclusiva ao RDtv, na sexta-feira (08/08), Auricchio disse que o endividamento está dentro de limites do orçamento, que a CPI é desarrazoada pois restos a pagar são corriqueiros na administração pública e ainda que a investigação tem motivação política.

O relator da CPI disse ter assistido com atenção à entrevista, transmitida ao vivo pelo RDtv e que, inclusive gravou trechos que achou importantes para a CPI apurar. Na entrevista, Auricchio falou por cerca de uma hora, sendo que a comissão parlamentar foi o tema mais abordado. Parafraseando o que o próprio Auricchio disse, o relator da CPI disse que “pueril” seria a forma como o ex-prefeito cuidou das finanças. “O que não é pueril é deixar esse volume de restos a pagar. Quando não se paga porque está se questionando se o serviço ou o produto não foi realizado ou entregue, é justificado o cancelamento do pagamento, mas notamos um grande número de cancelamentos se justificativa nenhuma. Nestes casos deixaram de pagar e isso é calote. O fornecedor de cestas básicas, ficou o segundo semestre inteiro sem receber, isso é normal? Só pode cancelar o empenho se tiver justificativa, neste caso que estamos apurando a palavra calote se aplica”, diz Edison Parra.

O ex-chefe do Executivo, disse que a CPI tinha o intuito de arranhar sua imagem pública, uma tentativa de “desconstrução da imagem”, como ele disse. “Eu recebi a notícia da comissão pela imprensa, uma CPI que foi criada e instalada em menos de seis horas, nunca vi isso, um tempo recorde. É uma comissão parlamentar desarrazoada; uma hora falam que é contra o Auricchio outra hora que é sobre as dívidas da cidade”, disse o ex-prefeito.

“É tão desarrazoada essa comissão que não existe endividamento, o que tem é uma dívida consolidada, que é a menor do ABC, que está em 34% do orçamento. Santo André, por exemplo, tem 57% de endividamento de longo prazo; São Bernardo tem 63%. São dívidas de investimento e também cresceu porque tem uma série de precatórios, só de alimentares (dívidas trabalhistas) aumentou para R\$ 200 milhões, são dívidas de 20 ou 30 anos que a prefeitura recorreu até a última instância e agora tem que pagar. De não alimentares são R\$ 230 milhões, isso é um problema de todas as prefeituras. Só aí já são mais de R\$ 400 milhões”, contabiliza.

Auricchio se demonstrou muito desapontado com os parlamentares que foram da sua base de apoio e assinaram o pedido de CPI. “Lealdade e gratidão fazem parte do caráter das pessoas, isso deixa claro o tipo de caráter que essas pessoas têm. Agora transformar isso numa questão política é desarrazoado e tira a credibilidade de quem discute uma questão dessa. Outro ponto é a consolidação do programa de combate a enchentes que conquistamos à duras penas num trabalho feito desde 2017, onde mudamos a classificação de C para A para poder pleitear o investimento internacional. As cidades não têm mais capacidade de investimento se não for através de operações de crédito. A dívida cresce, mas é consolidada e prevista no orçamento”.

Sobre os restos a pagar, há uma discordância entre o que os membros da CPI apontam, que é de R\$ 330 milhões, e o que Auricchio diz ter deixado, R\$ 156 milhões. “O resto a pagar é um instrumento jurídico previsto em lei federal e autorizado pelos tribunais de contas. São pagamentos de compromissos que transcorrem de um exercício fiscal para outro, com o suporte financeiro acoplado para que se possa ter a honradez desses compromissos, isso é tão normal e corriqueiro que acontece em todos os exercícios, mas fica mais público quando é no último ano do mandato. Aí fizeram um cavalo de batalha como se isso fosse o final do mundo. Deixamos R\$ 156 milhões, e isso foi confirmado pelo atual secretário e está previsto sob o orçamento de R\$ 2,6 bilhões. Eu recebi a prefeitura em 2.017 com mais de R\$ 200 milhões de restos a pagar com um orçamento de R\$ 900 milhões”, justificou o ex-prefeito.



Auricchio diz que os restos a pagar são situação corriqueira na gestão municipal e diz que a CPI é política e por objetivo arranhar sua imagem. (Foto: Reprodução/RDTV)

“Olha de R\$ 156 milhões para R\$ 330 milhões é mais que o dobro, então a CPI não é desarrazoada como diz o ex-prefeito, a motivação não é política, é de caixa. O prefeito não provisionou recursos, teve que tirar de outro lugar para conseguir pagar o 13º dos servidores. Ainda tem o caso do empresário que foi orientado a só emitir a nota fiscal neste ano e vou chamar ele para falar na comissão”, disse o relator da comissão parlamentar. Parra rebateu ainda a fala de Auricchio de que o processo de investigação teria como condão prejudicar a imagem política de Auricchio, que foi quatro vezes prefeito da cidade. “A CPI não é contra o Auricchio é contra as contas da gestão dele. A prefeitura nunca esteve tão endividada como está agora. Comparar o percentual de endividamento de São Caetano com Santo

André, São Bernardo ou outra cidade é injusto, porque temos problemas muito menores para resolver”.

Parra diz que a auditoria que será contratada para analisar as contas da gestão Auricchio deve ser uma empresa com experiência em contas públicas e que seja, de preferência, de fora de São Caetano. “Não estamos promovendo uma carnificina, por isso precisamos e uma assessoria técnica para colocar tudo em uma planilha. O jurídico da Câmara está analisando como será a melhor forma de contratação desta empresa. Essa CPI não vai acabar em pizza, ela vai andar do a quem doer. É um trabalho muito grande, já são mais de 10 mil folhas de documentos e pedimos mais, por isso eu penso que vamos precisar de mais tempo, já temos dois meses de trabalho, e 120 dias podem não ser suficientes, na minha opinião acho que temos que prorrogar”, completa.



Marcel Munhoz falou que antes de tudo a CPI teve ter um relatório feito por escritório especializado. (Foto: Reprodução)

O vereador Marcel Munhoz (Progressistas), membro da comissão, também aponta ser importante a contratação de uma empresa de contabilidade especializada em contas públicas. “Todos (prefeitos) deixam restos a pagar, ninguém acerta 100%. Eu, como proponente, e mais 16 vereadores assinamos a CPI. Vejo que agora vai contratar um escritório de contabilidade para emitir um relatório e apontar se tiver alguma coisa errada”.



César Oliva questiona o montante de restos a pagar. (Foto: Reprodução RDTv)

Munhoz também descartou motivação política para a instalação da CPI e insiste que é necessária a auditoria nas contas. “Ninguém está investigando ele (Auricchio). Tivemos duas audiências que apontaram restos a pagar e quem vai apurar é o escritório de contabilidade, eu não posso comentar nada porque não sei, é um levantamento que o escritório vai fazer”, declara. O membro da comissão diz que não é favorável a trazer o ex-prefeito para se explicar à comissão. “Eu sou contra chamar alguém para depor porque não cometeram nenhum crime. Tem que contratar o escritório para analisar, só não pode ser qualquer um, tem que ser especializado em contas públicas eu acredito que temos vários que podem ser chamados para essa perícia, afinal são mais de 10 mil páginas e tem que ser alguém acostumado a isso”.

O presidente da CPI e líder do governo Tite Campanella, na Câmara, vereador César Oliva (PSD) falou apenas do endividamento que considerou ser grave. “Estamos na fase de levantamento de dados e documentos ainda, e só posso adiantar que parece bastante grave ter mais de R\$ 320 milhões em notas fiscais de fornecedores que eram para ter sido pagas em 2024, contudo foram deixadas para o orçamento de 2025”, resumiu.

Veja a íntegra da entrevista do ex-prefeito José Auricchio Júnior:

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3683961/cpi-de-sao-caetano-caminha-para-prorrogaao-e-deve-ouvir-empresario/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Política